



Governo do Município de Sananduva Estado do Rio Grande do Sul

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2021

Abertura: 20 de outubro de 2021.

Horário: 09h30min.

Tipo: Menor preço

Objeto: Aquisição de veículo trailer (novo), semi-reboque, para uso como unidade móvel de atendimento e castração de animais – Castramóvel, através de recursos oriundos da emenda parlamentar nº 28630009.

ANTUIR RICARDO PANSERA, Prefeito Municipal de Sananduva, no uso das suas atribuições legais, torna público a abertura de certame PREGÃO ELETRÔNICO, por meio de utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para a seleção de preços referentes à **aquisição de veículo trailer (novo) – semi-reboque, para uso como unidade móvel de atendimento e castração de animais – Castramóvel.**

Rege a presente licitação a Lei Estadual 13.191, Lei Federal 10.520, a Lei Federal nº 8.666, Lei Complementar nº 123/2006 o Decreto Municipal nº 6578, Decreto Federal nº 10.024, de 20 de Setembro de 2019 e demais legislações aplicáveis.

1 – LOCAL, DATA E HORA

1.1 – A sessão pública será realizada no site www.portaldecompraspublicas.com.br, no dia **20 de Outubro de 2021**, com início às **09 horas e 30 minutos**, horário de Brasília – DF. Não sendo possível o término neste dia, prossegue-se os trabalhos nos dias úteis seguintes, até se esgotar os itens a serem licitados, iniciando-se no mesmo horário.

1.2 – Somente poderão participar da sessão pública, as empresas que apresentarem propostas, através do site descrito no item 1.1, até as **09 horas e 29 minutos** do mesmo dia.

1.3 – Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

2 – OBJETO

2.1 – A presente licitação visa a seleção de proposta visando a aquisição de veículo trailer (novo) – semi – reboque, para uso como unidade móvel de atendimento e castração de animais – Castramóvel, através de recursos oriundos da emenda parlamentar nº 28630009, nos termos e especificações definidos no Termo de Referência (Anexo II) do presente Edital.



Governo do Município de Sananduva Estado do Rio Grande do Sul

2.2 – A descrição detalhada do item está discriminada no ANEXO II – Termo de Referência, bem como no projeto interno do veículo e deverá ser minuciosamente observada pelos licitantes quando da elaboração de suas propostas de preços, bem como na execução contratual.

2.3 – Tanto o veículo como o serviço de transformação e os equipamentos nele inclusos deverão ter garantia contra defeitos de fabricação de, no mínimo, 01 (um) ano.

2.4 – A licitante vencedora deverá entregar o veículo emplacado e licenciado, na categoria “Oficial” (IPVA imune), com D.U.T. e CRLV 2021, registrados no DETRAN-RS, em nome do Município de Sananduva, **correndo por conta da CONTRATADA** as despesas de emplacamento, DPVAT e licenciamento e demais gastos com o registro junto ao órgão de trânsito do respectivo estado, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento, entre outros.

2.5 – A entrega do objeto deverá ocorrer em prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da solicitação/autorização.

3 – DO EDITAL

3.1 – O presente Edital poderá ser consultado no site www.sananduva.rs.gov.br e junto à sede do Município de Sananduva, no horário expediente, de segunda à sexta-feira, na Rua Fiorentino Bachi, nº 673, na cidade de Sananduva/RS ou pelo site www.portaldecompraspublicas.com.br. Demais informações devem ser solicitadas por escrito ou pelo e-mail: licitacao@sananduva.rs.gov.br ou junto ao site www.portaldecompraspublicas.com.br.

4 - DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

4.1 - A despesa para a execução do objeto licitado correrá por conta das Dotações Orçamentárias especificadas na lei-de-meios em execução e será efetuada com recursos oriundos da emenda parlamentar nº 28630009.

5 – PARTICIPAÇÃO

5.1 – Poderão participar desta licitação as empresas que atenderem todas as exigências constantes neste Edital, inclusive quanto à documentação, e estiverem devidamente credenciados, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br para acesso ao sistema eletrônico.

5.2 – Poderão participar deste Pregão todos os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

5.3 – Como requisito para participação no Pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.



Governo do Município de Sananduva Estado do Rio Grande do Sul

5.4 – Será vedada a participação de:

- a) Empresas declaradas inidôneas por ato de qualquer autoridade competente para tanto;
- b) Empresas sob processo de falência e concordata;
- c) Empresas impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública;
- d) Empresas com processos administrativos instaurados junto ao Município;

5.5 – Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

5.5.1 – que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

5.5.1.1 – nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

5.5.1.2 – nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

5.5.2 – que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

5.5.3 – que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

5.5.4 – que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

5.5.5 – que não empresa menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.6 – A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital;

5.7 – Não será admitida a participação de empresas que se encontrem em processo de falência, sob concurso de credores, dissolução, liquidação.



Governo do Município de Sananduva Estado do Rio Grande do Sul

5.8 – As ME e EPP, que assim se credenciarem no sistema eletrônico, terão preferência de contratação em caso de empate, conforme previsto na Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações.

5.8.1 – Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas ME ou EPP sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada de empresa que não seja ME ou EPP.

5.8.2 – Em caso de empate, a ME ou EPP mais bem classificada poderá, na sessão pública de julgamento das propostas, sob pena de perclusão, apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

5.8.3 – Sendo aceitável a proposta ofertada pela ME ou EPP, será ela declarada vencedora da sessão de lances. Posteriormente, se procederá à verificação da documentação de habilitação da respectiva licitante, para confirmação das condições habilitatórias. Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

5.9 – Para obter o tratamento diferenciado de que trata a Lei Complementar 123/2006, e suas alterações, as empresas interessadas, declaradas ME ou EPP, deverão necessariamente apresentar, juntamente com os documentos de habilitação, a **CERTIDÃO DA JUNTA COMERCIAL**, para fins de comprovação da condição de ME ou EPP pelo empresário ou pela sociedade, conforme termos da IN DNRC nº 103/2007, art. 8º, devendo para tanto observar o prazo previsto no presente Edital.

5.9.1 – Nos casos de empresas ME e EPP, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, nos documentos de habilitação, a empresa não será declarada inabilitada, e será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, devendo a empresa **OBRIGATORIAMENTE**, apresentar toda a documentação de habilitação fiscal, ainda que com prazo de validade vencido.

5.9.2 – Caso a licitante tenha se declarado ME ou EPP e não comprove tal condição, ou ainda, desatenda às exigências habilitatórias, será considerada **INABILITADA**. O Pregoeiro examinará a oferta subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a confirmação das condições habilitatórias da proponente, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao especificado no Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto do certame.

5.10 – **É dever do licitante encaminhar, em conjunto com apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada exigida no edital.**

6 – REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO

6.1 – Para participar do Pregão, o licitante deverá se credenciar no Sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do site www.portaldecompraspublicas.com.br.



Governo do Município de Sananduva Estado do Rio Grande do Sul

6.2 – O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

6.3 – O credenciamento do licitante junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

6.4 – O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Sananduva, promotor da licitação, responsabilidade em eventuais danos decorrente uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7 - IMPUGNAÇÕES DO ATO CONVOCATÓRIO

7.1 – As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até 03 (três) dias úteis, antes da data fixada para o recebimento das propostas, exclusivamente por meio de formulário eletrônico no site www.portaldecompraspublicas.com.br.

7.1.1 – Caberá ao pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 02 (dois) dias úteis;

7.1.2 – Deferida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame;

7.2 – As impugnações ao ato convocatório do Pregão deverá obedecer ao disposto no artigo 41 da Lei 8.666/93.

8 – ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

8.1 – A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha privativa do licitante e subsequentemente encaminhamento da proposta de preços, contendo marca do produto, valor unitário e valor total por item, e demais informações necessárias, até o horário previsto no **item 1.2**.

8.1.1 – Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

8.1.2 - A informação da marca e modelo será para comprovação quando do recebimento dos equipamentos adquiridos e não para fins de avaliação de preços na licitação.

8.2 – O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.



Governo do Município de Sananduva Estado do Rio Grande do Sul

8.3 – Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

8.4 – Os itens de propostas que eventualmente contemplem produto que não corresponda às especificações previstas neste Edital serão desconsideradas.

8.5 – Nas propostas serão consideradas obrigatoriamente:

a) Serão aceitos preços unitários em moeda corrente nacional, contendo até 02 (dois) dígitos após a vírgula;

b) Marca (marca e modelo do veículo) e especificações detalhadas do objeto ofertado, consoante as exigências editalícias;

c) Inclusão de todas as despesas que influam nos custos, tais como: transporte, seguro, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos;

d) Prazo de validade da propostas de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão deste Pregão Eletrônico. Se a proposta não constar o prazo de validade, subentender-se-á o de 60 (sessenta) dias;

e) Prazo de entrega: máximo 60 (sessenta) dias após a emissão da autorização/solicitação;

8.6 – As propostas serão analisadas para identificar erros aritméticos a serem corrigidos pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, em conformidade do seguinte critério:

a) Havendo diferença de valores entre números e expressões, prevalecerá o valor indicado pela expressão;

b) Havendo diferença entre um valor unitário e o valor total, resultante da multiplicação deste unitário, prevalecerá o valor unitário e a quantidade para apuração do total; e,

c) O erro de adição é retificado, conservando-se as parcelas corretas, alterando-se o total exposto pelo total corrigido;

d) Erros de natureza formal que não alterem o valor das propostas, bem como quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório, conforme discricionariedade da Pregoeira e Equipe de Apoio.



Governo do Município de Sananduva Estado do Rio Grande do Sul

e) Se o valor final da oferta ultrapassar o valor de referência poderá não ser aceito.

8.7 – O preço básico de referência para o item objeto da presente licitação será nos valores relacionados no termo de referência presente em anexo a este edital (**ANEXO II**), sendo que valores acima deste indicador não serão consideradas pela Administração Municipal para fins de adjudicação.

8.8 - Não serão consideradas as propostas que contiverem entrelinhas, emendas, rasuras ou borrões.

8.9 - A apresentação de propostas implica na aceitação por parte do licitante das condições estabelecidas neste edital e seus anexos carecendo de validade qualquer nova proposição em desacordo com as referidas condições.

9 – PAGAMENTO E REALINHAMENTO DE PREÇO

9.1 – O pagamento será efetuado mediante entrega do veículo e apresentação da nota fiscal correspondente, no prazo de até 30 (trinta) dias após a liberação dos recursos oriundos da emenda parlamentar nº 28630009.

9.2 – Os preços propostos serão considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte e qualquer despesa acessória e/ou necessária, não especificada neste Edital.

9.3 - O preço cotado será fixo e irrevogável durante toda a vigência do contrato, podendo sofrer reequilíbrio econômico-financeiro para mais ou para menos, de acordo com as variações dos preços de mercado devidamente comprovados;

9.4 - O preço poderá ser alterado, na forma do artigo 65 da Lei 8.666/93 e, nos termos da letra “d” do supracitado artigo o contrato poderá ser alterado para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual;

9.5 - O pedido de alteração de preço deverá ser endereçado ao Pregoeiro, que decidirá no prazo de 48 horas, cabendo ao contratado apresentar recurso no prazo de 24 horas ao Senhor Prefeito Municipal, que também decidirá no prazo de 48 horas. Em ambas as instâncias o pedido será analisado pela Assessoria Jurídica, que também emitirá parecer;

9.6 - É vedado ao contratado interromper o fornecimento enquanto tramita o processo de revisão de preço, estando, caso contrário, sujeito às penalidades previstas.

9.7 – Não será efetuado qualquer pagamento ao **CONTRATADO** enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, caso a compensação entre a sanção e o valor a ser pago não seja suficiente para saldar aquela, hipótese esta que primeira será realizada a compensação.



Governo do Município de Sananduva Estado do Rio Grande do Sul

9.8 – A contratada suportará o ônus decorrente de atraso, caso as Notas Fiscais/Faturas contenham vícios ou incorreções que impossibilitem o pagamento.

10 – FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1 – Aberta a etapa competitiva (Sessão Pública), o licitante deverá encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo valor.

10.2 – Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, pelo **VALOR UNITÁRIO DO ITEM**, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa aberto/fechado.

10.3 – No modo de disputa aberto e fechado, de que trata o inciso II do caput do art. 31 do decreto 10.024/19, a etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de 15 (quinze) minutos.

10.3.1 – Encerrado o prazo previsto, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

10.3.2 – Encerrado o prazo de que trata o § 1º do artigo 33 do decreto 10.024/19, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

10.3.3 – Na ausência de, no mínimo, 03 (três) ofertas nas condições de que trata o § 2º do art. 33 do decreto 10.024/19, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 03 (três), poderão oferecer um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

10.3.4 – Encerrados os prazos estabelecidos nos § 2º e 3º do art. 33 do decreto 10.024/19, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

10.3.5 – Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos § 2º e 3º do art. 33 do decreto 10.024/19, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de 03 (três), na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado, em até 05 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no § 4º.

10.3.6 – Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no § 5º do art. 33 do decreto 10.024/19.

10.4 – No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos



Governo do Município de Sananduva Estado do Rio Grande do Sul

licitantes para recepção dos lances, retomando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

10.5 – Quando a desconexão persistir por tempo superior à 10 (dez) minutos, a Sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá início somente após a comunicação expressa aos participantes.

10.6 – Após o fechamento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar pelo sistema eletrônico contrapropostas diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance com menor valor total do obtido, como decidir sobre sua aceitação.

11 – JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

11.1 – Após a análise da proposta e documentação, o Pregoeiro anunciará o licitante vencedor.

11.2 – Na hipótese da proposta ou do lance de menor preço não ser aceito ou se o licitante vencedor desatender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

11.3 – Sendo suscitada alguma dúvida quanto ao objeto proposto pelo licitante vencedor, em razão das especificações indicadas na proposta, o Pregoeiro poderá solicitar ao licitante apresentação de amostra do produto e/ou declaração expedida pela empresa, de que o objeto possui as características indicadas na proposta, como condição necessária para adjudicação do objeto.

11.3.1 – Será analisado o menor preço/valor sobre os produtos requisitados pela Administração.

11.3.2 – O licitante que não atender ao disposto no item anterior, em prazo estabelecido pelo Pregoeiro, estará sujeito à desclassificação do item proposto.

11.4 – Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

11.4.1 – A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo Sistema, que se iniciará após a fase de lances, apresentar uma última ofertam obrigatoriamente abaixo da primeira colocada, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;

11.4.2 – O Sistema encaminhará mensagem automática, por meio do chat, convocando a microempresa ou empresa de pequeno porte que se encontra em segundo lugar, a fazer sua última oferta no prazo de 05 (cinco) minutos sob pena de decair do direito concedido;



Governo do Município de Sananduva Estado do Rio Grande do Sul

11.4.3 – Não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma do subitem anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na condição prevista no caput, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

11.4.4 – No caso de equivalência dos valores apresentado pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no caput desta condição, o Sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate;

11.5 – Na hipótese da não contratação nos termos previstos na condição anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

11.6 – Havendo aceitação da proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade de preço, o Pregoeiro passará para análise dos documentos de habilitação.

12 – HABILITAÇÃO

12.1 – Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

12.1.1 – Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal e Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

12.2 - O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, **no prazo de 02 (duas) horas**, envie a proposta (conforme prevista neste Edital) adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

12.3 – Os licitantes deverão incluir na plataforma a seguinte documentação:

12.3.1 – Documentos pertinentes à habilitação jurídica:

I. registro comercial, no caso de empresa individual (*dispensável em caso de apresentação deste documento para o credenciamento do proponente durante a sessão pública*);

II. ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais (*dispensável em caso de apresentação deste documento para o credenciamento do proponente durante a sessão pública*);



Governo do Município de Sananduva Estado do Rio Grande do Sul

III. documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea “b”, deste subitem (*dispensável em caso de apresentação deste documento para o credenciamento do proponente durante a sessão pública*);

IV. decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir (*dispensável em caso de apresentação deste documento para o credenciamento do proponente durante a sessão pública*);

V. cédula de identidade do representante legal da empresa (*dispensável em caso de apresentação deste documento para o credenciamento do proponente durante a sessão pública*).

12.3.2 – Documentos pertinentes à regularidade fiscal:

I. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);

II. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes do Estado ou do Município, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal da sede da empresa;

IV. Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e a dívida ativa da União (incluindo previdenciário);

V. Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

VI. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual;

VII. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e de acordo com a Lei Federal nº 12440/2011;

12.3.2.1 – As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte também deverão apresentar todos os documentos referentes à regularidade fiscal. Todavia, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, a microempresa ou empresa de pequeno porte poderá requerer, após a lavratura da ata, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para regularização dos documentos relativos à regularidade fiscal, como condição para assinatura do contrato, na forma da Lei Complementar 123/2006.

12.3.3 – Documentos pertinentes à qualificação econômico-financeira, técnica e demais declarações:

I. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo



Governo do Município de Sananduva Estado do Rio Grande do Sul

distribuidor da sede da pessoa jurídica ou via Internet em prazo não superior 60 (sessenta) dias da data designada para entrega dos envelopes;

II. Declaração de que não possui, em seu quadro societário, servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou sociedade de economia mista.

III. Registro ou inscrição ativa e regular da licitante na entidade profissional Conselho Regional de Engenharia (CREA);

IV. Declaração e comprovação de que a licitante dispõe de equipe técnica de no mínimo 01 (um) engenheiro mecânico, mediante apresentação de inscrição regular e ativa na respectiva entidade profissional. A comprovação de vínculo empregatício se fará pela apresentação de cópia de CTPS – Carteira de Trabalho e GRE - Guia de Recolhimento de Empregado do FGTS ou contrato particular de prestação de serviço; e no caso de sócio administrador, a comprovação se fará pela apresentação do Contrato Social ou de Alteração Contratual da Empresa;

V. Atestado de Capacidade Técnico-Profissional fornecido por pessoa jurídica de direito privado ou por órgão da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados ou dos Municípios, devidamente acompanhado da Certidão de Acervo Técnico – CAT emitido pelo CREA, em nome do (s) profissional (is) responsável (is) técnico (s) indicado (s) no item anterior (inciso IV), comprovando ter o referido profissional (inscrito no CREA ou CAU como Responsável Técnico da empresa), responsável pela execução das obras e serviços da mesma natureza do aqui licitado;

VI. Comprovação de aptidão profissional da empresa licitante para execução de serviço compatível em características, quantidades, materiais e prazos com o objeto licitado, através da apresentação de atestados técnico-operacionais (capacidade técnica) expedidos por empresa Pública ou Privada, acompanhado de Certidão de Acervo Técnico (CAT) ou Anotações/Registro de Responsabilidade Técnica (ART/RRT) em nome do(s) profissional(is) responsável(is) técnico(s) pelo serviço;

VII. Certificado de adequação e legislação de trânsito, (CAT) emitido pelo Denatran em nome da licitante.

VIII. Comprovação de capacitação técnica (CCT) emitido pelo Inmetro, em nome da licitante.

13 – APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO

13.1 – Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com a proposta, os documentos de habilitação exigidos no edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

14 – RECURSOS ADMINISTRATIVOS

14.1 – Caberá recurso nos casos previstos na Lei 10.520/2002, devendo o licitante **manifestar motivadamente** sua intenção de interpor recurso, através de formulário próprio do Sistema Eletrônico, explicitando sucintamente suas razões, após o término da Sessão de lances.

14.1.1 – A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que o licitante pretende que sejam revistos pelo Pregoeiro.



Governo do Município de Sananduva Estado do Rio Grande do Sul

14.2 – O licitante, que manifestar a intenção de recurso e o mesmo ter sido aceito pelo Pregoeiro, disporá do prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, por meio de formulário específico do sistema, que será disponibilizado a todos os participantes, ficando os demais desde logo intimados para apresentar as contrarrazões em igual número de dias.

14.3 – A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.

14.4 – O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo.

14.5 – O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.6 – Serão conhecidos os recursos interpostos nos prazos legais, bem como os encaminhamentos por fax, ou entregues pessoalmente.

14.6.1 – A interposição por via fac-simile, deverá se dar nos termos da Lei 9800/99.

14.7 – Decairá do direito de impugnar perante a Administração, os termos desta licitação, aquele que aceitando - os sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

15 – ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1 – Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos proponentes quanto à interposição de recurso, o Pregoeiro opinará pela adjudicação do objeto licitado, o que posteriormente será submetido à autoridade competente para homologação.

15.2 – No caso de interposição de recurso, após proferida a decisão, serão adotados os mesmos procedimentos já previstos neste Edital para adjudicação e homologação do resultado da licitação.

16 – RESPONSABILIDADE DO ADJUDICATÁRIO

16.1 – O licitante vencedor fica obrigado a assinar a ata/contrato cuja minuta encontra-se em anexo, **no prazo de 05 (cinco) dias após a homologação e devida intimação para comparecimento,** sob pena de incidir as penalidades previstas neste Edital.

16.2 – O contrato será assinado junto à sede administrativa do Município, na cidade de Sananduva-RS, em horário expediente, ou se o contratante preferir, será enviado por encomenda postal para referida assinatura.

16.3 – São obrigações do ADJUDICATÁRIO:



Governo do Município de Sananduva Estado do Rio Grande do Sul

- a) Entregar o objeto licitado conforme especificações deste Edital e em Entregar o objeto licitado conforme especificações deste Edital e em consonância com a proposta de preços;
- b) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- c) Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo **CONTRATANTE**, substituindo os produtos que não atenderem este Edital;
- d) Arcar com eventuais prejuízos causados ao **CONTRATANTE** e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução do contrato;
- e) Arcar com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por conta exclusiva do **ADJUDICATÁRIO**;

17 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1 – Na hipótese de o licitante vencedor recusar-se assinar o contrato ou instrumento equivalente injustificadamente ou apresentar situação irregular, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital, inclusive negociando o melhor preço. O Pregoeiro poderá ainda revogar a licitação, independentemente da cominação do art. 81 da Lei Federal 8.666/93.

17.2 – O licitante que se recusar a assinar o contrato ou instrumento equivalente injustificadamente, falhar ou fraudar a sua execução, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantindo o direito prévio de ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes a punição ou até que seja proferida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízos das multas previstas no contrato ou instrumento equivalente, além de outras cominações legais.

17.3 – Em caso de inadimplência, o contratado estará sujeito às seguintes penalidades:

- a) Advertência, por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais haja concorrido;
- b) Multa por atraso superior a 05 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o fornecedor sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o sexto dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias;



Governo do Município de Sananduva Estado do Rio Grande do Sul

c) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 05% (cinco por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;

d) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecidos na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, aplicado a multa de 10% (dez por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação;

e) A penalidade pecuniária prevista nesta cláusula será calculada sobre o valor contratado e descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou pode ser inscrita, para cobrança como dívida ativa do Município, na forma da Lei;

f) As penalidades pecuniárias serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções, administrativas ou penais, previstas na Lei Federal nº 8.666/93, com as alterações nela introduzidas pela Lei Federal nº 8.883/94;

18 – CONTRATO

18.1 - O Município convocará o licitante vencedor a assinar o contrato nos termos previstos neste edital e cuja minuta é considerada parte integrante deste.

18.2 - O contrato reger-se-á, no que concerne à sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº 8.666/93, observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.

18.3 - O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pela Administração a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

18.4 - As obrigações das partes, forma de pagamento e sanções cominadas são as descritas na minuta do contrato constante dos anexos deste edital.

18.5 - Farão parte integrante do contrato as condições previstas no edital e a proposta apresentada pelo adjudicatário.

19 - DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 - É facultado ao Pregoeiro oficial, auxiliado pela Equipe de Apoio, proceder em qualquer fase da licitação, diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

19.2 – A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste Pregão, sujeitando-se o licitante às sanções previstas nos artigos 86 a 88, da Lei 8.666/93.

19.3 – Serão utilizados para realização deste certame, recursos de tecnologia da informação, composto por um conjunto de programas que permitem confrontação sucessiva através de envio de lances dos proponentes, com plena visibilidade



Governo do Município de Sananduva Estado do Rio Grande do Sul

para o Pregoeiro e total transparência dos resultados para a sociedade, através da Rede Mundial de Computadores – INTERNET.

19.4 – O fornecedor deverá fazer o seu cadastramento junto ao site www.portaldecompraspublicas.com.br e preencher o Termo de Adesão, onde qualquer pessoa física ou jurídica, que manifeste interesse em cadastrar-se e apresente a documentação exigida, tenha acesso ao portal.

19.4.1 – O credenciamento junto ao órgão provedor deverá ser feito no prazo mínimo de 03 (três) dias úteis antes da data de realização do pregão eletrônico.

19.4.2 – O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

19.4.3 – O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante, ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

19.4.4 – O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a Administração, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrente de uso indevido da senha ainda que por terceiros.

19.5 – Como requisito para participação no Pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

19.6 – O fornecedor, ao utilizar sua senha de acesso ao sistema para dar um lance no evento, terá expressado sua decisão irrevogável de concluir a transação a que se refere o evento, nos valores e condições do referido lance, e caso esse lance seja o escolhido pelo comprador, será reputado perfeito e acabado o contrato de compra e venda do produto negociado.

19.7 – O fornecedor deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Pregoeiro e/ou pelo sistema ou de sua desconexão.

19.8 – Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade do licitante.

19.9 - Nenhuma indenização será devida aos proponentes por apresentarem documentação ou proposta relativa ao presente pregão.

19.10 - A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.



Governo do Município de Sananduva Estado do Rio Grande do Sul

19.11 - O resultado desta licitação será lavrado em ata, a qual será assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

19.12 - O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

19.13 - No interesse do Município, sem que caiba às participantes qualquer recurso ou indenização, poderá a licitação ter:

- a) adiada sua abertura;
- b) alterado o edital, com fixação de novo prazo para a realização da licitação.

19.14 - Fazem parte deste Edital:

- a) Anexo I – Minuta do contrato;
- b) Anexo II – Termo de Referência;

19.15 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, elegem as partes o Foro da cidade de Comarca de Sananduva, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

19.16 - Maiores informações serão prestadas aos interessados no horário expediente, junto à Prefeitura Municipal de Sananduva, pelo telefone (54) 3343 1266, pelo e-mail licitacao@sananduva.rs.gov.br sendo que o edital está disponível no site www.sananduva.rs.gov.br, no link *Licitações*.

Sananduva RS, 15 de Setembro de 2021.

ANTUIR RICARDO PANSERA
Prefeito Municipal



Governo do Município de Sananduva Estado do Rio Grande do Sul

ANEXO I

ATO Nº ____/2021

MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA AQUISIÇÃO DE UNIDADE MÓVEL DE ATENDIMENTO E CASTRAÇÃO DE ANIMAIS – CASTRAMÓVEL.

O **MUNICÍPIO DE SANANDUVA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 87.613.543/0001-62, com sede no Centro Administrativo Municipal Prefeito Osvaldo Pedro Camozzato, situado na Av. Pioneiro Fiorentino Bachi, nº 673, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **ANTUIR RICARDO PANSERA**, denominado **CONTRATANTE**, e, do outro lado, _____ representado por _____, que atuará como preposto junto ao Município, denominada **CONTRATADA**, com fundamento no Decreto Municipal nº 6578, de 09 de novembro de 2018, na Lei Federal nº 8.666/93 e no **PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2021**, firmam o presente contrato nos termos das cláusulas que seguem e que são aceitas pelas partes, vinculando-se, mesmo que não transcritas neste ato, todas as cláusulas e condições do edital de abertura do certame:

PRIMEIRA - O objeto deste edital é a aquisição de veículo trailer (novo) – semi – reboque, para uso como unidade móvel de atendimento e castração de animais – Castramóvel, através de recursos oriundos da emenda parlamentar nº 28630009, nos termos dos itens abaixo especificados:

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
01	Um trailer (novo), 0 Km, para uso como unidade móvel para atendimento e castração de animais (castramóvel), com todas as instalações, mobiliários e equipamentos necessários, conforme especificações mínimas abaixo: - Modelo trailer, 0 (zero) Km, que atenda as especificações dispostas no art. 5º, inc. II, da resolução CFMV nº 1015/2012 e resolução CRMV-RS nº 14, de 30/09/2010; - Dimensões aproximadas: 6,00 m de comprimento x 2,40 m de largura (baú); altura interna mínima de 2,20 m; largura interna mínima de 2,00 m; - 02 eixos com sistema de freios auxiliar e de estacionamento, com rodas aro 14 e	Und.	01		



Governo do Município de Sananduva Estado do Rio Grande do Sul

<p>pneus 6 lonas;</p> <ul style="list-style-type: none">- Estruturas e perfis do chassi: estrutura com longarinas estruturais em “U” reforçadas com mãos francesas duplas;- O veículo deverá contar com 04 (quatro) pés de apoio, mecânicos, para pequenos nivelamentos e estabilidade da unidade móvel e deverá possuir 01 (um) conjunto de roda e pneu para estepe, macaco e triângulo, atendendo à legislação;- Perfis estruturais das laterais e do teto: perfis fabricados em aço galvanizado ou duralumínio tipo “cartola”, dispostos nas laterais e teto. Na parede frontal as colunas devem ser reforçadas com perfis de aço carbono para sustentação dos suportes dos aparelhos condicionadores do ar. Os perfis utilizados deverão resistir a cargas pontuais (concentradas e estáticas) de 250 Kg, tanto para as laterais quanto para o teto;- Revestimento das laterais, portas, divisórias e teto internos deverão ser em laminado plástico industrial (vetroresina) de 2 mm na cor branca, fixada a estrutura do trailer com acabamento nas junções por perfis específicos e acabamento em PU, material vedante que garante maior vida útil da unidade;- Piso: constituído de madeira compensado tipo naval de 15 mm de espessura, resistente a ação da água e fungos, preso por parafusos tipo francês com cabeça embutida a fim de evitar ressaltos que possam comprometer a qualidade. Sobre a madeira deverá ser colado piso vinílico resistente, de fácil limpeza e assepsia. As furações provenientes dos parafusos de fixação de contra piso de madeira na estrutura metálica deverão ser totalmente preenchidas com massa rígida bi componente adequada, para não interferir a fixação do piso;- Revestimento externo: feito em chapas perfiladas (corrugadas) de alumínio ou chapa de aço perfilado, tanto para as paredes laterais quanto para as paredes frontais. As traseiras fixadas aos perfis				
--	--	--	--	--



Governo do Município de Sananduva Estado do Rio Grande do Sul

<p>estruturais por rebites e/ou coladas. Acabamento das laterais, frente, traseira e teto unidos através de frisos de perfis de alumínio, fixados através de parafusos auto-atarrachantes zincados e rebites. Todas as junções deverão ser calafetadas com produto vedante;</p> <ul style="list-style-type: none">- Sistema elétrico: instalação elétrica da carroceria conforme normas do CNT (adequação na posição das lanternas traseiras); Adesivos refletivos, conforme deliberação nº 27, de 18/04/2001 do Denatran; Todo o cabeamento, barramentos e disjuntores deverão estar em conformidade com as normas NBR e ABNT, divididos em quantos circuitos forem necessários e centralizados em um QDG (Quadro de Distribuição Geral);- A iluminação deverá ser de lâmpadas LED sobrepostas ao teto e atender às normas de luminotécnica. Deverá possuir luzes de emergência com bateria própria na quantidade suficiente para atender as normas vigentes. Deverá contar com pontos de energia e lógica para os equipamentos e nas proximidades das mesas, no padrão vigente e nas normas especificadas, com tensão de 220 V, suficientes para interligação com todos os aparelhos elétricos instalados no interior do veículo. Os condutores deverão ser em cobre ou alumínio isolados com camada de plástico para no mínimo 700 V;- Deverá possuir suprimento auxiliar de energia elétrica baseado em geradores mecânicos à diesel com potência e produtividade suficiente para todo o período de atuação programada;- Sistema de combate à incêndio: deverá contar com no mínimo 01 (um) extintor de incêndio, com capacidade de 2 Kg, tipo pó químico seco ABC, sendo observada toda legislação vigente quanto a prevenção e combate a incêndio para este tipo de veículo;- Climatização: deverá possuir 02 (dois) aparelhos de ar condicionado tipo Split de, no mínimo, 9.000 BTU's, ciclo quente/frio, de maneira que garanta a				
--	--	--	--	--



Governo do Município de Sananduva Estado do Rio Grande do Sul

<p>temperatura homogênea de todo o interior do veículo;</p> <p>- Composição dos ambientes internos (conforme projeto): Os ambientes internos deverão conter, no mínimo:</p> <ul style="list-style-type: none">• Sala de tricotomia:<ul style="list-style-type: none">+ 01 (uma) balança digital veterinária plataforma grande em aço inox com pesagem máxima de 150 Kg;+ 01 (uma) mesa de atendimento fabricada em aço inoxidável com vincos, furo para escoamento, com balde em alumínio, pés esmaltados e suporte de soro acoplado;+ 01 (um) conjunto mobiliário modular com um gabinete lavatórios, dotados de cuba em aço inox, torneira tipo bica com acionamento através de pedal elétrico e válvula solenoides (para evitar contaminação cruzada);+ 01 (um) kit display contendo um toalheiro para papel, dispenser para sabonete líquido e álcool em gel;+ 01 (um) armário aéreo fabricado em MDF posicionado acima do conjunto mobiliário modular;• Centro cirúrgico:<ul style="list-style-type: none">+ 01 (um) conjunto mobiliário modular, confeccionado em MDF, com um gabinete lavatórios, dotado de cuba de aço inox, torneira tipo bica com acionamento através de pedal elétrico e válvulas solenoides (para evitar contaminação cruzada);+ 01 (um) kit display contendo um toalheiro para papel, dispenser para sabonete líquido e álcool em gel;+ 01 (um) armário aéreo fabricado em MDF posicionado acima do conjunto mobiliário modular;+ 01 (um) kit de anestesia portátil para administração de agentes anestésicos voláteis, inalatório, através de respiração manual ou espontânea, incluindo: 01 aparelho de anestesia, 01 cilindro de oxigênio de 15 litros, 01 válvula reguladora para cilindro O₂, 01 fluxômetro para O₂, 17 sondas endotraqueal com medidas diversas, 01 circuito baraka				
--	--	--	--	--



Governo do Município de Sananduva Estado do Rio Grande do Sul

<p>veterinário para anestesia;</p> <ul style="list-style-type: none">+ 01 (uma) mesa cirúrgica fabricada em aço inoxidável com calha articulável, furos laterais para contenção, suporte de soro acoplado e balde em alumínio;+ 01 (uma) maca em aço inox, com guardas laterais desmontáveis, manoplas articuláveis e suporte de soro removível, carrinho em tubo de 10” em ferro zincado com rodízios e freios;+ 01 (um) kit castração para pequenos animais com 32 peças;+ 01 (um) foco dirigível preso ao teto;• Sala pós-cirúrgico:<ul style="list-style-type: none">+ 01 (uma) mesa de atendimento fabricada em aço inoxidável com vincos, furo para escoamento, balde em alumínio, pés esmaltados e suporte de soro acoplado;+ 01 (uma) mesa retrátil fabricada em MDF para prescrição médica;+ 01 (uma) cadeira secretária com assento e encosto revestidos em corvin, braços com regulagem de altura e pés com rodízios;+ 01 (um) armário aéreo fabricado em MDF posicionado acima da mesa retrátil;+ 01 (um) refrigerador tipo frigobar de no mínimo 80 litros;+ 01 (uma) autoclave, com câmara em aço inox ou alumínio, capacidade de 12 litros, válvula antivácuo, selo de segurança, painel de controle com leds e botões indicativos das funções, manômetro com escalas de pressão e temperatura, puxador com sistema de segurança para despressurização automática, bandejas com suporte em aço enodável;+ 01 (uma) bancada modular com cuba em aço inox para lavagem de instrumentos (expurgo), torneira tipo bica com acionamento através de pedal elétrico e válvulas solenoides (para evitar contaminação cruzada);+ 01 (um) kit display contendo um				
---	--	--	--	--



Governo do Município de Sananduva Estado do Rio Grande do Sul

<p>toalheiro para papel, dispenser para sabonete líquido e álcool em gel;</p> <p>+ 01 (uma) gaiola com capacidade mínima para 08 animais, bandeja coletora de fezes, estrutura em aço carbono e arame industrial, com medidas mínimas de 2,00 m de altura x 60 cm de largura x 1,20 m de comprimento;</p> <p>- Banheiro: banheiro com porta e interior revestido em vetroresina, contendo, no mínimo:</p> <ul style="list-style-type: none">• 01 (um) vaso poty;• 01 (uma) cuba;• 01 (um) porta papel higiênico;• 01 (um) porta toalha;• 01 (um) dispenser de sabonete líquido; <p>- Cobertura externa (toldo): tipo toldo retrátil, confeccionado em lona de alta resistência, fixado externamente na lateral ou teto de trailer sobre a porta de acesso, fabricado com estrutura de tubo de aço galvanizado ou alumínio, abertura por catraca ou semiautomático;</p> <p>- Adesivagem: A adesivagem será de responsabilidade da CONTRATADA, sendo a arte da adesivagem de responsabilidade da CONTRATANTE.</p> <p>- Mobiliários deverão ser confeccionados em MDF com revestimento melamínico interno e externo, com acabamento texturizado em duas cores, puxadores metálicos tipo alça de espessura de 9 mm, com acabamento em pintura eletrostática na cor branca. Os cantos e bordas deverão ser devidamente boleados (arredondados) para evitar escoriações nos usuários. Todas as gavetas deverão ser instaladas com corrediças metálicas e mecanismo de travamento (evita a abertura durante a locomoção);</p> <p>- Calafetação: As uniões e junções deverão ser devidamente calafetadas com produto vedante flexível, a base de poliuretano, de elasticidade permanente, com cura acelerada que se polimeriza com a própria umidade do ar;</p> <p>- Sistema hidráulico: Deverá contar com</p>				
--	--	--	--	--



Governo do Município de Sananduva Estado do Rio Grande do Sul

	01 (dois) reservatórios de água, um para água limpa e outro para água servida, ambos com capacidade média de, no mínimo, 120 litros cada, sendo que a alimentação se dará através de bomba elétrica centrífuga com potência de, no mínimo, 01 (seis) metros de coluna d'água;				
--	---	--	--	--	--

§ 1º - Tanto o veículo como o serviço de transformação e os equipamentos nele inclusos deverão ter garantia contra defeitos de fabricação de, no mínimo, 01 (um) ano.

§ 2º - A licitante vencedora deverá entregar o veículo emplacado e licenciado, na categoria "Oficial" (IPVA imune), com D.U.T. e CRLV 2021, registrados no DETRAN-RS, em nome do Município de Sananduva, **correndo por conta da CONTRATADA** as despesas de emplacamento, DPVAT e licenciamento e demais gastos com o registro junto ao órgão de trânsito do respectivo estado, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento, entre outros.

SEGUNDA - Pela execução do objeto deste instrumento, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor conforme item descrito na cláusula primeira correspondente ao montante de **R\$ _____**.

§ 1º - O pagamento será efetuado mediante entrega do veículo e apresentação da nota fiscal correspondente, no prazo de até 30 (trinta) dias após a liberação dos recursos oriundos da emenda parlamentar nº 28630009.

§ 2º - Correrão à conta da **CONTRATADA** todas as despesas e encargos de natureza trabalhista, previdenciária, social ou tributária, incidentes sobre os serviços objeto deste contrato.

TERCEIRA – Este ato terá validade até a entrega do equipamento licitado.

QUARTA - Os equipamentos deverão respeitar os padrões técnicos de qualidade, podendo, o contrato, ser rescindido nos seguintes casos:

I – não cumprimento de quaisquer das cláusulas contratuais, suas especificações e prazos;

II – decretação de falência, pedido de concordata ou instauração de insolvência civil da empresa licitante ou de seus sócios-diretores;

III – dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

IV – alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo do contratante, prejudique a execução do contrato;

V – razões de interesse do serviço público;



Governo do Município de Sananduva Estado do Rio Grande do Sul

VI – ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva de execução do contrato.

QUINTA - A CONTRATADA que, convocada no prazo de validade de sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a contratação, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, e será descredenciado dos sistemas de cadastramento a que estiver inscrito, pelo prazo de até 02 (dois) anos, sem prejuízo das multas aplicáveis e demais cominações legais.

§ 1º - Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas decorrentes do descumprimento contratual:

a) 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o 10º (décimo) dia de atraso, da entrega do produto sobre o valor, por ocorrência;

b) 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo do valor do contrato, no caso de atraso superior a 10 (dez) dias, com a consequente rescisão contratual, quando for o caso;

c) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso da adjudicatária, injustificadamente, desistir do mesmo ou causar a sua rescisão.

§ 2º - O valor das multas aplicadas após regular processo administrativo deverá ser pago por meio de guia própria ao Município de Sananduva, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da data da sua aplicação ou poderá ser descontado dos pagamentos das faturas devidas pelo Município, quando for o caso;

§ 3º - As sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente, de acordo com a gravidade do descumprimento, após regular processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa.

SEXTA - A CONTRATADA é responsável pelas obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes da relação empregatícia por ela mantida com prepostos e empregados para cumprir o objeto da presente contratação.

SÉTIMA - Além das obrigações acordadas neste instrumento, fica a **CONTRATADA** obrigada a manter durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigida na licitação bem como a observar todos os termos do edital de abertura do certame mesmo que não estejam expressos neste ato.

OITAVA - A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração Municipal previstos nos artigos 65 e 77 da Lei Federal nº. 8.666/93.

NONA - Este contrato também poderá ser rescindido, ainda:

a) por ato unilateral da Administração, nos casos dos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº. 8.666/93;

b) amigavelmente, desde que haja conveniência para a Administração; e



Governo do Município de Sananduva Estado do Rio Grande do Sul

c) judicialmente, nos termos da legislação vigente.

DECIMA - O CONTRATANTE designa como fiscal deste ato o Secretário Municipal de Infraestrutura Rural, Agricultura e Meio Ambiente, Sr. _____, ou quem o suceder ou o substituir, eventual ou permanentemente.

DÉCIMA PRIMEIRA - Fica eleito o foro da Comarca de Sananduva, para dirimir eventuais dúvidas decorrentes do presente contrato.

E, por estarem justos e acordados, lavrou-se o presente contrato, em quatro vias de igual teor e forma, que achado conforme e assinado foi entregue às partes.

Sananduva RS, _____.

MUNICÍPIO DE SANANDUVA
ANTUIR RICARDO PANSERA
CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:



Governo do Município de Sananduva Estado do Rio Grande do Sul

ANEXO VI

TERMO DE REFERÊNCIA

O preço básico de referência para o objeto da presente licitação será nos valores a seguir relacionados, sendo que propostas com valores acima deste indicador não serão consideradas pela Administração Municipal para fins de contratação dos serviços.

1 – OBJETO

O presente tem por objetivo a seleção da proposta mais vantajosa para administração, visando:

A aquisição de veículo trailer (novo) para uso como unidade móvel para atendimento e castração de animais, nos termos dos itens abaixo especificados.

2 – JUSTIFICATIVA

Necessidade de aquisição de veículo novo para unidade móvel de atendimento e castração de animais, a fim de atender a demanda da Secretaria Municipal de Infraestrutura Rural, Agricultura e Meio Ambiente no controle de zoonoses, envolvendo o item detalhado a seguir:

3 - DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 - O objeto da presente licitação será a aquisição de veículo trailer (novo) – semi – reboque, para uso como unidade móvel de atendimento e castração de animais – Castramóvel, através de recursos oriundos da emenda parlamentar nº 28630009, especificado no item a seguir, sendo:

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
01	Um trailer (novo), 0 Km, para uso como unidade móvel para atendimento e castração de animais (castramóvel), com todas as instalações, mobiliários e equipamentos necessários, conforme especificações mínimas abaixo: - Modelo trailer, 0 (zero) Km, que atenda as especificações dispostas no art. 5º, inc. II, da resolução CFMV nº 1015/2012 e resolução CRMV-RS nº 14, de 30/09/2010; - Dimensões aproximadas: 6,00 m de comprimento x 2,40 m de largura (baú); altura interna mínima de 2,20 m; largura interna	Und.	01	R\$ 216.333,33	R\$ R\$ 216.333,33



Governo do Município de Sananduva Estado do Rio Grande do Sul

<p>mínima de 2,00 m;</p> <ul style="list-style-type: none">- 02 eixos com sistema de freios auxiliar e de estacionamento, com rodas aro 14 e pneus 6 lonas;- Estruturas e perfis do chassi: estrutura com longarinas estruturais em “U” reforçadas com mãos francesas duplas;- O veículo deverá contar com 04 (quatro) pés de apoio, mecânicos, para pequenos nivelamentos e estabilidade da unidade móvel e deverá possuir 01 (um) conjunto de roda e pneu para estepe, macaco e triângulo, atendendo à legislação;- Perfis estruturais das laterais e do teto: perfis fabricados em aço galvanizado ou duralumínio tipo “cartola”, dispostos nas laterais e teto. Na parede frontal as colunas devem ser reforçadas com perfis de aço carbono para sustentação dos suportes dos aparelhos condicionadores do ar. Os perfis utilizados deverão resistir a cargas pontuais (concentradas e estáticas) de 250 Kg, tanto para as laterais quanto para o teto;- Revestimento das laterais, portas, divisórias e teto internos deverão ser em laminado plástico industrial (vetroresina) de 2 mm na cor branca, fixada a estrutura do trailer com acabamento nas junções por perfis específicos e acabamento em PU, material vedante que garante maior vida útil da unidade;- Piso: constituído de madeira compensado tipo naval de 15 mm de espessura, resistente a ação da água e fungos, preso por parafusos tipo francês com cabeça embutida a fim de evitar ressaltos que possam comprometer a qualidade. Sobre a madeira deverá ser colado piso vinílico resistente, de fácil limpeza e assepsia. As				
---	--	--	--	--



Governo do Município de Sananduva Estado do Rio Grande do Sul

<p>furações provenientes dos parafusos de fixação de contra piso de madeira na estrutura metálica deverão ser totalmente preenchidas com massa rígida bi componente adequada, para não interferir a fixação do piso;</p> <ul style="list-style-type: none">- Revestimento externo: feito em chapas perfiladas (corrugadas) de alumínio ou chapa de aço perfilado, tanto para as paredes laterais quanto para as paredes frontais. As traseiras fixadas aos perfis estruturais por rebites e/ou coladas. Acabamento das laterais, frente, traseira e teto unidos através de frisos de perfis de alumínio, fixados através de parafusos auto-atarrachantes zincados e rebites. Todas as junções deverão ser calafetadas com produto vedante;- Sistema elétrico: instalação elétrica da carroceria conforme normas do CNT (adequação na posição das lanternas traseiras); Adesivos refletivos, conforme deliberação nº 27, de 18/04/2001 do Denatran; Todo o cabeamento, barramentos e disjuntores deverão estar em conformidade com as normas NBR e ABNT, divididos em quantos circuitos forem necessários e centralizados em um QDG (Quadro de Distribuição Geral);- A iluminação deverá ser de lâmpadas LED sobrepostas ao teto e atender às normas de luminotécnica. Deverá possuir luzes de emergência com bateria própria na quantidade suficiente para atender as normas vigentes. Deverá contar com pontos de energia e lógica para os equipamentos e nas proximidades das mesas, no padrão vigente e nas normas especificadas, com tensão de 220 V, suficientes para				
--	--	--	--	--



Governo do Município de Sananduva Estado do Rio Grande do Sul

	<p>interligação com todos os aparelhos elétricos instalados no interior do veículo. Os condutores deverão ser em cobre ou alumínio isolados com camada de plástico para no mínimo 700 V;</p> <ul style="list-style-type: none">- Deverá possuir suprimento auxiliar de energia elétrica baseado em geradores mecânicos à diesel com potência e produtividade suficiente para todo o período de atuação programada;- Sistema de combate à incêndio: deverá contar com no mínimo 01 (um) extintor de incêndio, com capacidade de 2 Kg, tipo pó químico seco ABC, sendo observada toda legislação vigente quanto a prevenção e combate a incêndio para este tipo de veículo;- Climatização: deverá possuir 02 (dois) aparelhos de ar condicionado tipo Split de, no mínimo, 9.000 BTU's, ciclo quente/frio, de maneira que garanta a temperatura homogênea de todo o interior do veículo;- Composição dos ambientes internos (conforme projeto): Os ambientes internos deverão conter, no mínimo:<ul style="list-style-type: none">• Sala de tricotomia:<ul style="list-style-type: none">+ 01 (uma) balança digital veterinária plataforma grande em aço inox com pesagem máxima de 150 Kg;+ 01 (uma) mesa de atendimento fabricada em aço inoxidável com vincos, furo para escoamento, com balde em alumínio, pés esmaltados e suporte de soro acoplado;+ 01 (um) conjunto mobiliário modular com um gabinete lavatórios, dotados de cuba em aço inox, torneira tipo bica com acionamento através de pedal elétrico e válvula solenoides (para evitar				
--	---	--	--	--	--



Governo do Município de Sananduva Estado do Rio Grande do Sul

<p>contaminação cruzada);</p> <ul style="list-style-type: none">+ 01 (um) kit display contendo um toalheiro para papel, dispenser para sabonete líquido e álcool em gel;+ 01 (um) armário aéreo fabricado em MDF posicionado acima do conjunto mobiliário modular;• Centro cirúrgico:<ul style="list-style-type: none">+ 01 (um) conjunto mobiliário modular, confeccionado em MDF, com um gabinete lavatórios, dotado de cuba de aço inox, torneira tipo bica com acionamento através de pedal elétrico e válvulas solenoides (para evitar contaminação cruzada);+ 01 (um) kit display contendo um toalheiro para papel, dispenser para sabonete líquido e álcool em gel;+ 01 (um) armário aéreo fabricado em MDF posicionado acima do conjunto mobiliário modular;+ 01 (um) kit de anestesia portátil para administração de agentes anestésicos voláteis, inalatório, através de respiração manual ou espontânea, incluindo: 01 aparelho de anestesia, 01 cilindro de oxigênio de 15 litros, 01 válvula reguladora para cilindro O₂, 01 fluxômetro para O₂, 17 sondas endotraqueal com medidas diversas, 01 circuito baraka veterinário para anestesia;+ 01 (uma) mesa cirúrgica fabricada em aço inoxidável com calha articulável, furos laterais para contenção, suporte de soro acoplado e balde em alumínio;+ 01 (uma) maca em aço inox, com guardas laterais desmontáveis, manoplas articuláveis e suporte de soro removível, carrinho em tubo de				
---	--	--	--	--



Governo do Município de Sananduva Estado do Rio Grande do Sul

<p>10” em ferro zincado com rodízios e freios;</p> <ul style="list-style-type: none">+ 01 (um) kit castração para pequenos animais com 32 peças;+ 01 (um) foco dirigível preso ao teto;• Sala pós-cirurgico:<ul style="list-style-type: none">+ 01 (uma) mesa de atendimento fabricada em aço inoxidável com vincos, furo para escoamento, balde em alumínio, pés esmaltados e suporte de soro acoplado;+ 01 (uma) mesa retrátil fabricada em MDF para prescrição médica;+ 01 (uma) cadeira secretária com assento e encosto revestidos em corvin, braços com regulagem de altura e pés com rodízios;+ 01 (um) armário aéreo fabricado em MDF posicionado acima da mesa retrátil;+ 01 (um) refrigerador tipo frigobar de no mínimo 80 litros;+ 01 (uma) autoclave, com câmara em aço inox ou alumínio, capacidade de 12 litros, válvula antivácuo, selo de segurança, painel de controle com leds e botões indicativos das funções, manômetro com escalas de pressão e temperatura, puxador com sistema de segurança para despressurização automática, bandejas com suporte em aço enodável;+ 01 (uma) bancada modular com cuba em aço inox para lavagem de instrumentos (expurgo), torneira tipo bica com acionamento através de pedal elétrico e válvulas solenoides (para evitar contaminação cruzada);+ 01 (um) kit display contendo um toalheiro para papel,				
--	--	--	--	--



Governo do Município de Sananduva Estado do Rio Grande do Sul

	<p>dispenser para sabonete líquido e álcool em gel;</p> <ul style="list-style-type: none">+ 01 (uma) gaiola com capacidade mínima para 08 animais, bandeja coletora de fezes, estrutura em aço carbono e arame industrial, com medidas mínimas de 2,00 m de altura x 60 cm de largura x 1,20 m de comprimento;- Banheiro: banheiro com porta e interior revestido em vetroresina, contendo, no mínimo:<ul style="list-style-type: none">• 01 (um) vaso poty;• 01 (uma) cuba;• 01 (um) porta papel higiênico;• 01 (um) porta toalha;• 01 (um) dispenser de sabonete líquido;- Cobertura externa (toldo): tipo toldo retrátil, confeccionado em lona de alta resistência, fixado externamente na lateral ou teto de trailer sobre a porta de acesso, fabricado com estrutura de tubo de aço galvanizado ou alumínio, abertura por catraca ou semiautomático;- Adesivagem: A adesivagem será de responsabilidade da CONTRATADA, sendo a arte da adesivagem de responsabilidade da CONTRATANTE.- Mobiliários deverão ser confeccionados em MDF com revestimento melamínico interno e externo, com acabamento texturizado em duas cores, puxadores metálicos tipo alça de espessura de 9 mm, com acabamento em pintura eletrostática na cor branca. Os cantos e bordas deverão ser devidamente boleados (arredondados) para evitar escoriações nos usuários. Todas as gavetas deverão ser instaladas				
--	---	--	--	--	--



Governo do Município de Sananduva Estado do Rio Grande do Sul

	<p>com corredeiras metálicas e mecanismo de travamento (evita a abertura durante a locomoção);</p> <ul style="list-style-type: none">- Calafetação: As uniões e junções deverão ser devidamente calafetadas com produto vedante flexível, a base de poliuretano, de elasticidade permanente, com cura acelerada que se polimeriza com a própria umidade do ar;- Sistema hidráulico: Deverá contar com 01 (dois) reservatórios de água, um para água limpa e outro para água servida, ambos com capacidade média de, no mínimo, 120 litros cada, sendo que a alimentação se dará através de bomba elétrica centrifuga com potência de, no mínimo, 01 (seis) metros de coluna d'água;				
--	--	--	--	--	--

3.2 - Tanto o veículo como o serviço de transformação e os equipamentos nele inclusos deverão ter garantia contra defeitos de fabricação de, no mínimo, 01 (um) ano.

3.3 – A licitante vencedora deverá entregar o veículo emplacado e licenciado, na categoria “Oficial” (IPVA imune), com D.U.T. e CRLV 2021, registrados no DETRAN-RS, em nome do Município de Sananduva, **correndo por conta da CONTRATADA** as despesas de emplacamento, DPVAT e licenciamento e demais gastos com o registro junto ao órgão de trânsito do respectivo estado, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento, entre outros.

3.4 – A entrega do objeto deverá ocorrer em prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da solicitação/autorização.

Sananduva RS, 15 de Setembro de 2021.

VOLDINEI JOÃO SEBEN
Secretário Municipal de Infraestrutura Rural, Agricultura e Meio Ambiente